



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## **ECONOMIA DA PRODUÇÃO**

## **Atividades econômicas e suas cadeias produtivas**

Uma estratégia bem sucedida de desenvolvimento econômico requer, além de ambiente macroeconômico favorável e inserção externa sustentável a longo prazo, expansão de estruturas produtivas dotadas de competitividade sólida, com maior densidade de integração aos mercados globais e maior amplitude de emprego e equilíbrio territorial. Desencadear e conferir continuidade e sustentabilidade ao crescimento econômico do Estado requer um esforço concentrado na promoção de significativo salto de qualidade na estrutura produtiva mineira. Será preciso ultrapassar os patamares atuais de estruturação e desempenho, tanto da indústria quanto dos serviços de maior valor estratégico, entre eles o turismo, além de consolidar ainda mais os avanços obtidos na agropecuária.

### **Indústria, comércio e serviços**

A relevância dos setores de indústria, comércio e serviços se manifesta, em termos agregados, por sua participação na composição do Produto Interno Bruto – PIB – de Minas Gerais: atualmente, aproximadamente 90% do total, segundo dados da Fundação João Pinheiro – FJP.

### **Indústria**

No Brasil, a política industrial é conduzida, em âmbito federal, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC –, tendo como área de competência, entre outros, os seguintes assuntos:

- política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;
- propriedade intelectual e transferência de tecnologia;
- metrologia, normalização e qualidade industrial;
- formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e ao artesanato.

Ao MDIC estão vinculadas as seguintes entidades relevantes:

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial – Inpi;
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro;
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – tem por finalidade, entre outras, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à promoção e ao fomento da indústria.

No âmbito estadual, atua o Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de criar um ambiente favorável aos negócios e à atração de investimentos, permitindo a qualificação da mão de obra, estimulando a competitividade das empresas e o acesso a novas tecnologias, oferecendo novas linhas de crédito e investindo em infraestrutura. Coordenado pela Sede e integrado pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, pela Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig –, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi –, pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – e pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, esse sistema operacional oferece apoio às pequenas e médias empresas, incentiva a fabricação de produtos de maior valor agregado e estimula o aumento da participação dessas empresas no mercado internacional, trabalhando em parceria com a iniciativa privada.

Ainda no plano estadual, há o Conselho Integrado de Desenvolvimento – Coind –, presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, que tem por finalidade participar da formulação e da implantação da política estadual para o desenvolvimento e a expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas, observadas as diretrizes fixadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

Uma análise aprofundada da matriz de produção de Minas Gerais revela a fragilidade da estrutura produtiva do Estado, notável exportador de *commodities* intensivas em produtos primários, minerais e intermediários de baixo valor agregado – extremamente vulneráveis à oscilação de preços internacionais – e importador de bens e serviços de maior conteúdo tecnológico.

Assim, o recurso à estratégia consistente de desenvolvimento com políticas industriais adequadas é condição necessária para que os desafios impostos pela concorrência internacional possam converter-se em fatores propulsores do desenvolvimento estadual, como revelam, por exemplo, as experiências dos países

asiáticos. Nesse sentido, políticas pró-ativas de desenvolvimento industrial são o recurso básico para o enfrentamento da concorrência externa e para a aquisição de vantagens comparativas dinâmicas.

Nesse sentido, o governo federal lançou, em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP –, cuja meta de fornecer sustentabilidade ao ciclo de crescimento da economia vigente na época abarcou quatro objetivos: ampliar a capacidade de oferta; preservar a robustez do balanço de pagamentos; elevar a capacidade de inovação; e fortalecer as micro e pequenas empresas.

A política industrial em âmbito federal, desdobrada, no caso de Minas Gerais, na materialização de programas e ações nos instrumentos legais de planejamento orçamentário, enfatiza a relevância estratégica do **desenvolvimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais**.

Para tal, a ALMG atuou na aprovação de normas estaduais que visem ao fomento do desenvolvimento industrial, com repercussões sobre os setores de comércio e serviços. As leis que instituem e alteram o Fundese, o Findes e o Fundo de Parcerias Público-Privadas, determinando a estruturação dos fundos de financiamento ao setor produtivo privado do Estado e suas regras e critérios de operação e a lei das PPPs, que dispõe sobre o programa estadual de parcerias público-privadas, instrumento de fomento ao financiamento de formação bruta de capital fixo e prestação de serviços de interesse público, são exemplos de arranjos político-institucionais destinados à indução do desenvolvimento pela ótica da provisão ao acesso às fontes de capital.

### **Cadeias produtivas**

O conceito de cadeia produtiva designa uma sequência de setores econômicos, unidos entre si por relações relevantes de compra e venda, nas quais se observa um nível crescente de elaboração de produtos, caracterizadas por crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos. A criação da cadeia ocorre a partir de um conjunto de movimentos que, em um sentido, derivam do processo de desintegração vertical<sup>1</sup> e de especialização técnica e social e, em sentido diverso, ampliam as articulações entre os agentes, advindas das pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades. Desintegração vertical é a redução do

---

<sup>1</sup> Desintegração vertical é a ação de redução do tamanho da cadeia de atividades de uma dada empresa, no nível administrativo – por exemplo, redução dos níveis hierárquicos de uma estrutura organizacional – e no nível da produção, por meio da redução e/ou eliminação de alguns processos produtivos – por exemplo, seções produtivas ou eliminação de postos de trabalho.

tamanho da cadeia de atividades de uma empresa, tanto na esfera administrativa quanto na da produção.

Quando se observa a participação relativa das cadeias produtivas estaduais no valor agregado da economia brasileira, em geral percebe-se que cerca de um décimo das atividades das cadeias produtivas brasileiras ocorre no Estado de Minas Gerais. Comparativamente, é essa também a participação relativa aproximada do Estado do Rio de Janeiro, enquanto o Estado de São Paulo participa com aproximadamente um terço. Em Minas Gerais, as cadeias cuja participação do valor agregado no total da economia é maior do que a brasileira são a metal-mecânica, a construção civil e a agroindústria.

O Perfil Econômico do Estado, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – em 2009, destacou as cadeias produtivas relevantes por região de planejamento, de forma que se pode ter uma noção da distribuição inter-regional da riqueza produzida em Minas Gerais.

Distribuição das cadeias produtivas por região de planejamento em Minas Gerais	
Região de planejamento	Principais cadeias produtivas
Alto Paranaíba	agropecuária, cerâmica, produtos alimentares, mineração, metalurgia, turismo
Central	metalurgia-alumínio, automóveis, bebidas, calçados, têxtil, turismo, mineração, minerais não metálicos, produtos alimentares, metalurgia-zinco, autopeças, bens de capital, vestuário, siderurgia, refino de petróleo, ferro-gusa e ferro-liga
Centro-Oeste	cerâmica, bebidas, calçados, minerais não metálicos, fogos de artifício, fundição, têxtil, vestuário, ferro-gusa
Jequitinhonha e Mucuri	agropecuária, mineração, pedras ornamentais, pedras preciosas, reflorestamento
Mata	agropecuária (café), agroindústria (sucos), produtos alimentares, metalurgia-zinco, siderurgia, automóveis
Noroeste	agropecuária e mineração
Norte de Minas	agropecuária, ferro-liga, metalurgia, reflorestamento, têxtil, agroindústria (frutas), minerais não metálicos
Rio Doce	autopeças, têxtil, agropecuária, celulose, siderurgia, mecânica pesada, produtos alimentares, reflorestamento
Sul	agropecuária (leite e café), metalurgia-alumínio, mineração, agroindústria, eletroeletrônicos, aeronaves (helicópteros), autopeças, bebidas, têxtil, turismo
Triângulo	Agroindústria (açúcar e álcool, produção e processamento de grãos, processamento de carne), pecuária, fumo, fertilizantes, processamento de madeira, reflorestamento, comércio atacadista

Fonte: Fiemg, 2009.

O panorama atual da economia mineira evidencia que tanto em Minas Gerais quanto no Brasil a taxa de crescimento real do **valor adicionado bruto**<sup>2</sup> tem evoluído num ritmo superior ao do crescimento do PIB. Em 2010, estimou-se um crescimento de

<sup>2</sup> Valor adicionado bruto – Valor que o processo produtivo acrescenta aos bens e serviços que lhe servem de insumo. É a contribuição das diversas atividades econômicas ao PIB, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

15,6% e 10,1%, respectivamente, para Minas e para o Brasil, em relação ao ano anterior.

O acumulado dos quatro trimestres completados em dezembro último revela que o produto real da indústria mineira foi 8,1% superior ao de igual período imediatamente anterior. No Brasil, esse crescimento foi de 4,3%.

Esses resultados demonstram que a produção do conjunto da indústria mineira praticamente retornou em volume ao nível alcançado no terceiro trimestre de 2008 – imediatamente antes da violenta contração na oferta ocorrida nos dois trimestres seguintes. Isso significa que a ocupação da capacidade ociosa criada pela crise econômica internacional está praticamente completa, e que o espaço para a continuidade do crescimento industrial, em Minas e no Brasil, deve ser criado por meio da maturação de novos projetos de investimento para a formação de capital.

O cenário atual descrito, de crescimento econômico pujante do Estado, pode ser atribuído à forte expansão da indústria extrativa mineral, resultante do crescimento expressivo e consistente da demanda chinesa por *commodities* minerais observado durante a década de 2000. Embora esse quadro reflita um momento propício à economia mineira sob a ótica conjuntural, quando analisado do ponto de vista estrutural, essa dependência econômica de Minas Gerais dos ciclos econômicos mundiais e nacionais reflete a fragilidade relativa da estrutura produtiva do Estado, de caráter eminentemente primário-exportador.

Ainda que os dados econômicos recentemente divulgados sejam passíveis de revisão, é improvável que tenha ocorrido modificação na distribuição regional da matriz industrial mineira, de forma que a compilação de informações consolidadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – para o ano de 2007 no Estado de Minas Gerais revela o panorama das desigualdades regionais sob a ótica da economia da produção industrial, conforme se observa nos cartogramas adiante. É nítido que o Estado possui acentuada discrepância na produção e na renda de suas diferentes regiões componentes, de forma que áreas modernas e dinâmicas como o Triângulo e a Região Central convivem com regiões economicamente deprimidas, como a do Jequitinhonha e Mucuri.

Há uma inequívoca associação entre o nível de renda *per capita* e o grau de industrialização de uma região. Geralmente, áreas mais desenvolvidas tendem a apresentar maior capacidade industrial. Assim, a densidade econômica está fortemente relacionada com o tamanho e a variedade da base industrial instalada.

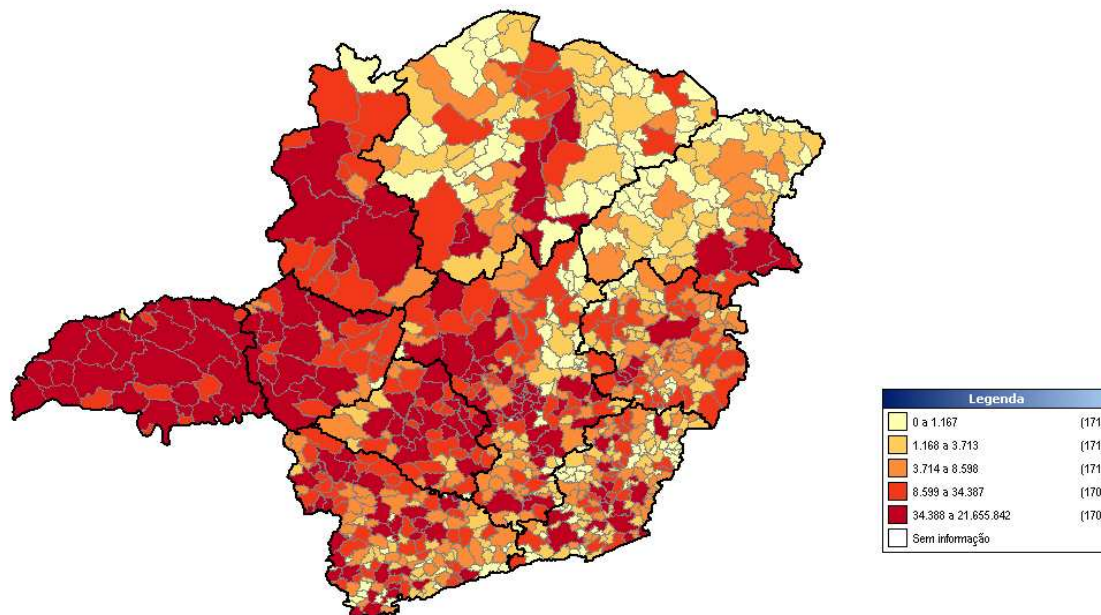
Além disso, o crescimento do setor industrial demonstra uma tendência natural à polarização em alguns poucos centros urbanos de maior relevância. Isso porque a presença de retornos crescentes de escala na atividade industrial pode estabelecer um mecanismo de ganhos de produtividade e redução de custos a partir da aglomeração espacial. As economias de aglomeração explicam a tendência natural de o desenvolvimento industrial se concentrar territorialmente.

**Participação das Regiões de Planejamento no PIB e no Valor Adicionado estadual, por setores de atividade econômica  
Minas Gerais - 2008**

Especificação	Valor Adicionado (R\$mil)				Total	Impostos (R\$mil)	PIB (R\$mil)
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
			Administração Pública	Total (1)			
<b>2008 (2)</b>							
<b>Minas Gerais.....</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Central.....	10,5	53,6	37,6	45,7	44,9	57,9	46,6
Mata.....	8,4	5,4	10,8	9,0	7,8	6,2	7,6
Sul de Minas.....	21,7	10,3	12,9	12,3	12,6	9,7	12,2
Triângulo.....	13,9	11,6	7,8	10,6	11,3	10,6	11,2
Alto Paranaíba.....	13,6	3,1	3,3	3,4	4,2	2,4	4,0
Centro-Oeste de Minas.....	7,5	3,9	5,4	4,6	4,7	3,5	4,5
Noroeste de Minas.....	8,2	1,0	1,9	1,4	1,9	0,7	1,8
Norte de Minas.....	7,0	3,0	7,5	4,4	4,2	2,7	4,0
Jequitinhonha/Mucuri.....	4,0	0,9	4,7	2,4	2,1	0,7	1,9
Rio Doce.....	5,2	7,2	8,2	6,2	6,4	5,6	6,3

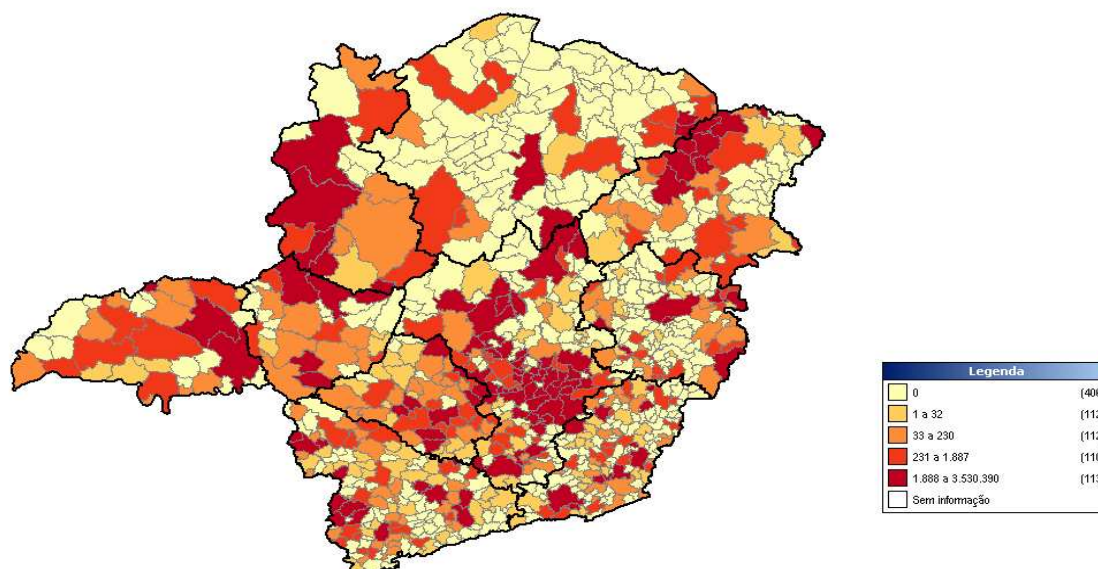
Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações

**VAF da indústria de transformação (R\$ mil de dez/2008)**  
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2007



Fonte: IMRS/FJP.

**VAF da extrativa mineral (R\$ mil de dez/2008)**  
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2007



Fonte: IMRS/FJP.

**Valor Adicionado Fiscal – VAF:** o VAF de um município corresponde ao valor que se acrescenta (adiciona) nas operações de entrada/saída de mercadorias e/ou



prestação de serviços de transporte e de comunicação em seu território, em determinado ano.

Em Minas Gerais, as políticas públicas no âmbito da indústria são executadas pelo Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Para o período 2008-2011, isso se dará por meio da Área de Resultados “Investimento e valor agregado da produção”, especialmente nos Programas “Promoção e atração de investimentos estratégicos e desenvolvimento das cadeias produtivas das empresas-âncoras”, “Consolidação das cadeias produtivas – Minas do princípio ao fim” e “Implantação e otimização de áreas industriais planejadas”. As principais fontes orçamentárias desses programas são o Fundo Findes Pró-Giro – Apoio ao Desenvolvimento Produtivo Integrado – e o Fundo Findes Pró-Invest – Apoio ao Desenvolvimento e à Modernização do Parque Industrial Mineiro.

### **Comércio e serviços**

No Brasil, a política comercial é conduzida, em âmbito federal, pelo MDIC, tendo como área de competência, entre outros, os seguintes assuntos:

- a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;
- as políticas de comércio exterior;
- a regulamentação e a execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior;
- a aplicação dos mecanismos de defesa comercial e a participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;
- a formulação da política de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- a execução das atividades de registro do comércio.

Ao MDIC estão vinculados, entre outros, os seguintes órgãos:

- Secretaria de Comércio Exterior – Secex –;
- Secretaria de Comércio e Serviços – SCS –;
- Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior – Cacex –;
- Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE–;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em Minas Gerais, a Sede tem por finalidade, entre outras, promover ações visando ao inter-relacionamento comercial, financeiro e técnico da economia mineira com o mercado internacional.

O governo estadual estabeleceu, a partir de 2003, o Conselho Estadual de Comércio de Minas Gerais. Esse conselho tem como objetivo propor diretrizes e novas políticas para a promoção comercial dos produtos mineiros, para a difusão de cultura exportadora entre pequenas e médias empresas e para a solução de gargalos que reduzem a competitividade externa em áreas como logística, financiamento, crédito e adequação tecnológica.

Contido nos instrumentos de planejamento orçamentário estaduais, o Projeto Estruturador “Inserção competitiva das empresas mineiras no mercado internacional” busca identificar novas oportunidades de introdução de produtos e serviços de empresas mineiras no mercado internacional, facilitando a inserção dessas empresas nos mercados globais, além de contribuir para a consolidação, no Estado, de estruturas funcionais que ampliem a diversificação da base exportadora. Procura ainda articular e/ou celebrar parcerias de interesse do comércio internacional, contribuindo para a disponibilização de novos serviços e para a melhoria da legislação que vise à agregação de valor aos produtos e serviços exportados, apoiando, ainda, a consolidação das áreas primárias e seus entornos com centros de serviços avançados.

Nesse sentido, a ALMG contribuiu com a aprovação, em 2000, da Lei Pró-Confins, que cria o programa de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, cujo objetivo é consolidar o Estado como polo de desenvolvimento e de negócios relacionados com o comércio exterior, mediante o aproveitamento da infraestrutura do aeroporto internacional.

No que diz respeito aos fluxos comerciais atuais de Minas Gerais, de acordo com dados do MDIC, no acumulado de 2010, as exportações mineiras totalizaram US\$31,22 bilhões, o que corresponde a 15,5% das exportações nacionais. O crescimento registrado em relação ao mesmo período de 2009 foi de 60%.

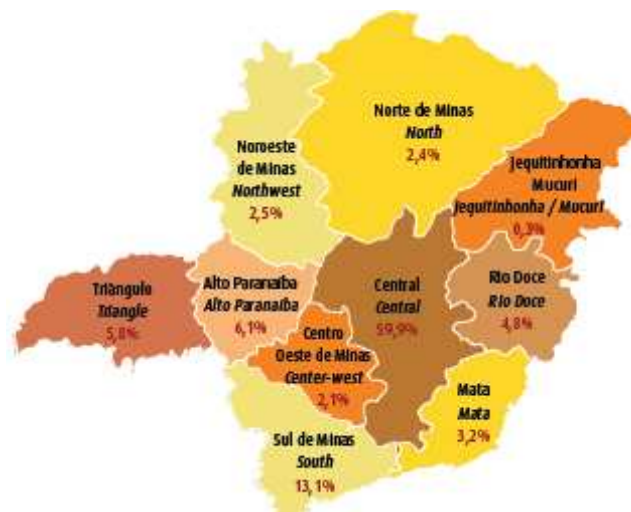
Quanto às importações, o valor registrado por Minas Gerais para o ano de 2010 foi de US\$9,96 bilhões, portanto, houve uma expansão de 35,5% em comparação com o valor do ano anterior. A participação das importações mineiras sobre as nacionais atingiu patamar próximo a 5,5%.

Ainda para o mesmo período, o saldo comercial do Estado foi superavitário em US\$21,26 bilhões, valor 74,7% superior ao do ano de 2009. O saldo comercial mineiro foi 4,9% superior ao saldo nacional. Já a corrente de comércio de Minas Gerais, no valor de US\$41,19 bilhões, correspondeu a 10,7% do total brasileiro, valor superior em 53,3% ao verificado em 2009.

As exportações de serviços de Minas Gerais em 2009 alcançaram o valor de US\$ 490,20 milhões, contabilizando uma redução de 4,6% em relação a 2008. A redução na exportação de serviços foi inferior à registrada na exportação de bens, que foi de 20%. Em 2009, o Estado foi responsável por 2,6% das exportações nacionais de serviços, ocupando a posição de 3º estado exportador, atrás apenas dos Estados de São Paulo (52,1%) e do Rio de Janeiro (30,6%). As importações de serviços tiveram uma redução de 20,4%, totalizando US\$975,38 milhões e ocasionando queda do déficit da balança de serviços de 31,8%.

Os principais serviços ofertados por Minas Gerais em 2010, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – foram fabricação de serviços alimentícios, comércio por atacado, metalurgia, obras de infraestrutura e atividades esportivas e de recreação e lazer.

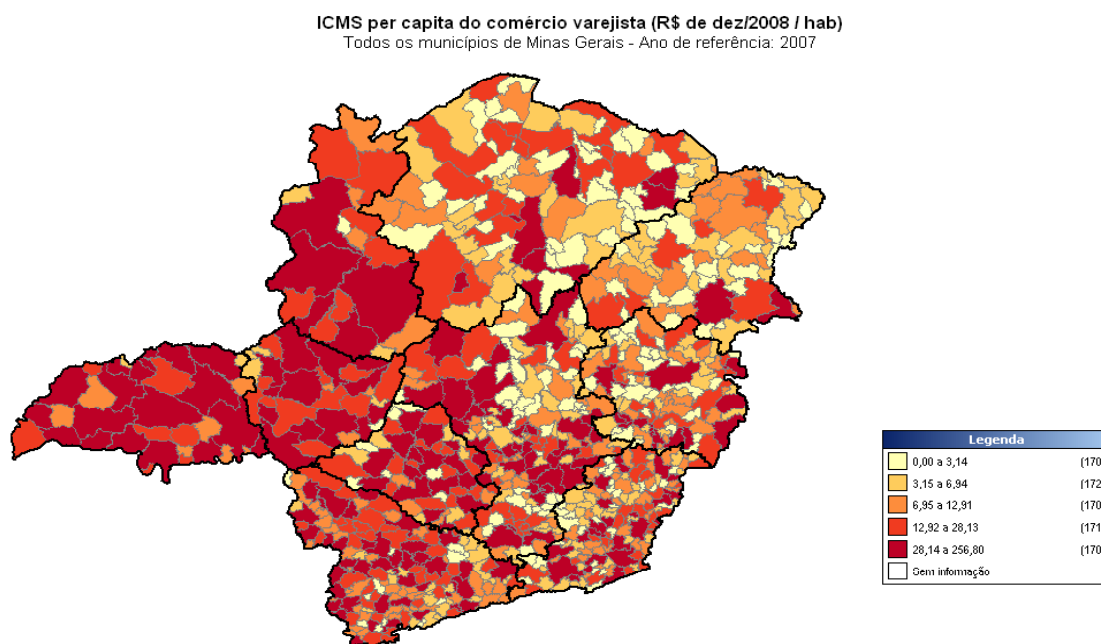
Não obstante o incremento da corrente de comércio exterior no Estado, o mapa das exportações mineiras por região apresenta uma configuração que ratifica o cenário de desequilíbrios regionais existentes em Minas Gerais, reflexo da especialização produtiva e dos níveis de renda de cada uma das regiões.



Fonte: Central Exportaminas, 2010.

No que se refere ao quadro do comércio doméstico, a evolução recente do volume de vendas no comércio varejista de Minas Gerais confirma as estimativas relacionadas à evolução do volume de valor adicionado no setor. Os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio – PMC – indicam que a realização de vendas no ano de 2010 foi 11,3% maior que em 2009. Segmentos importantes, como o de equipamentos e material de escritório, informática e comunicação, móveis e eletrodomésticos e veículos e motocicletas, apresentaram, no período, expansão acima da média, contribuindo decisivamente para os bons resultados agregados do setor.

Não obstante o panorama de crescimento do comércio estadual, e de forma análoga à produção industrial, informações econômicas consolidadas sobre o comércio varejista em Minas Gerais demonstram um cenário de desigualdades regionais, conforme pode-se observar no mapa a seguir, que traz a porcentagem de ICMS *per capita* do comércio varejista nos municípios do Estado, segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS.



Fonte: IMRS/FJP.

Em Minas Gerais, as políticas públicas no âmbito do comércio também são executadas pelo PPAG, sendo que no período de 2008-2011 isso se dará por meio da Área de Resultados “Investimento e valor agregado da produção”, especialmente nos Programas “Inserção competitiva das empresas mineiras no mercado internacional” e “Promoção e atração de investimentos estratégicos e desenvolvimento das cadeias produtivas das empresas-âncoras”. A principal fonte orçamentária desses programas é o Fundo Findes Pró-Estruturação – Apoio à Estruturação Comercial de Empreendimentos Estratégicos – e o Findes Pró-Invest – Apoio ao Desenvolvimento e à Modernização do Parque Industrial Mineiro.

### **Arranjos Produtivos Locais – APLs**

O termo Arranjo Produtivo Local – APL — identifica um conjunto de empresas de um mesmo setor industrial ou agropecuário espacialmente concentrado, que se diferencia pela intensidade de cooperação e integração produtiva, de forma que as ligações entre as empresas ocorrem por meio de troca de conhecimento, de relações comerciais e de competição. Suas características mais marcantes derivam da “eficiência coletiva” do arranjo, materializada na especialização da mão de obra, nas economias externas individuais e coletivas, no ambiente de negócios com alta sinergia e no acesso direto a fornecedores de insumos e equipamentos. Há ainda um grupo de fatores gerados intencionalmente pelos agentes presentes no APL – empresas, setor público, associações de ensino e de classe, etc. –, que são a cooperação horizontal e vertical, a coordenação dos agentes, o esforço coletivo de inovação, a especialização produtiva das firmas, a capacitação coletiva da mão de obra, a aprendizagem coletiva ou por interação e a construção do ambiente socioeconômico e cultural.

Os objetivos principais dos APLs são modernizar, fortalecer e dinamizar as estruturas produtivas, promover a inclusão de segmentos e regiões marginalizados e estimular o desenvolvimento local, compensando e reduzindo as desigualdades.

A partir de fins dos anos 1990, o tema APL começou a ganhar importância nas políticas públicas. Sob a influência de estudos oriundos do ambiente acadêmico, alguns órgãos do governo federal, assim como governos municipais e/ou estaduais, definiram ações de promoção e apoio a esses arranjos. Inicialmente, foram ações isoladas e concebidas *ad hoc*, tanto pela diversidade de situações existentes nos arranjos, como pela ausência de um eixo condutor das ações. Além disso, essas ações foram

desenvolvidas em um período caracterizado por um ambiente macroeconômico bastante restritivo.

Não obstante os resultados desse conjunto de ações terem se apresentado essencialmente desiguais, foram importantes sob a ótica da difusão de informações e de conhecimentos da nova temática. Com a definição da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE – em 2003, o governo federal alterou a situação vigente em relação ao reconhecimento da importância de ações de apoio ao setor produtivo e, no que diz respeito aos APLs, reconheceu seu *status*, iniciando a institucionalização da política. Com esse objetivo, foi criado, em 2004, um grupo de trabalho, o **GTP-APL**<sup>3</sup>, no âmbito do MDIC, que coordena as ações de uma série de entidades públicas e privadas e de governos estaduais envolvidos com a temática dos APLs. O objetivo inicial desse grupo foi articular e integrar as ações que, desde alguns anos, estavam sendo instituídas para os arranjos produtivos por distintos órgãos de governo e entidades privadas.

Outros ministérios, como o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT –, o Ministério da Integração Nacional – MI – e o Ministério de Minas e Energia – MME –, engajaram-se nessa temática e passaram a definir e/ou ampliar ações voltadas ao apoio aos APLs.

As primeiras ações do governo de Minas Gerais visando ao apoio aos APLs iniciaram-se em meados dos anos 1990. Configuraram-se, entretanto, como apoios isolados, definidos *ad hoc*, sem uma configuração institucional específica. O cenário de crise fiscal que marcou o Estado entre a segunda metade dessa década e o início dos anos 2000 envolveu as atenções governamentais, o que significou um período de dificuldades para o apoio ao setor produtivo.

Ao tempo em que os ajustes com vistas ao encaminhamento de soluções para a crise fiscal ocorreram, iniciaram-se estudos mais sistemáticos com o objetivo de mapear os principais arranjos produtivos mineiros. Entre os principais estudos, destaca-se o Cresce Minas (2000), realizado pela Fiemg, e o Minas Gerais no Século XXI (2002), financiado pelo BDMG .

O crescimento em importância desse tema em níveis federal e estadual motivou demandas locais às principais instituições de apoio, que passaram a operar com listas que incluíam APLs identificados em mapeamentos mais sistematizados e arranjos determinados com base nas localidades – casos da Fiemg/IEL e do Sebrae. Com isso,

---

<sup>3</sup> Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais, criado pela Portaria Interministerial nº 200, de 3/8/2004, que, desde então, tem sido reeditada.

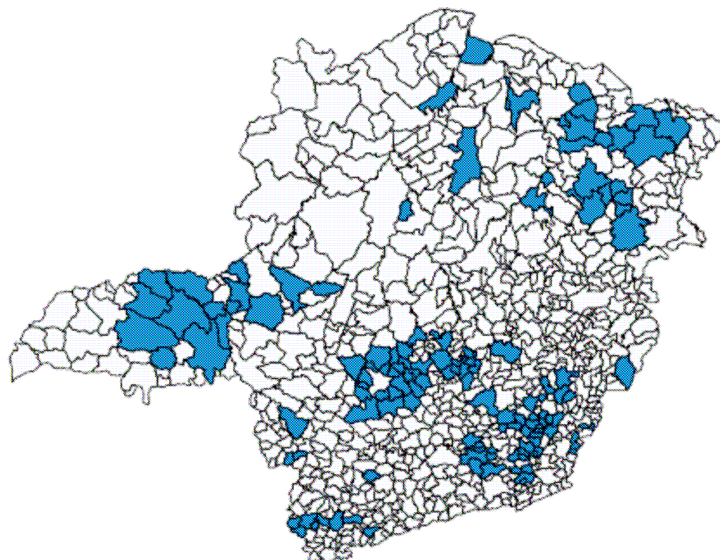
começam a ser identificados arranjos menores e menos estruturados em termos de governança e, segundo relatos de instituições e atores locais, novos arranjos passam a ser “criados” em virtude da visibilidade que o apoio a essas estruturas ganhou em meados dos anos 2000.

Nesse sentido, observou-se uma importante diversificação em termos das características dos arranjos apoiados – setores de atividade, importância econômica e estrutura de governança. São identificados para receber apoio também arranjos em formação, especialmente aqueles presentes nas áreas mais pobres do Estado, com o que os temas do desenvolvimento regional e da inclusão social passaram a integrar as preocupações presentes na agenda de políticas para os APLs.

Assim, um conjunto de fatores, internos e externos ao Estado de Minas Gerais, determinaram o crescimento da importância dos APLs na política estadual. Materializando a importância do tema, a ALMG aprovou a Lei nº 16.296, de 2006, que institucionaliza a política para APLs no Estado. Note-se o caráter de complementaridade com outra norma também aprovada, em 2004, pela ALMG: a Lei da Incubação de Empresas (Lei nº 15.398/2004), cujo objetivo é fomentar a criação e a consolidação de cooperativas, pequenas empresas e microempresas caracterizadas pela inovação tecnológica e pela utilização de métodos modernos de gestão, autogestão e produção.

Um mapa de APLs foi elaborado, em 2009, pelo então recém instalado Núcleo Gestor dos APLs de Minas Gerais, englobando 34 APLs e 174 municípios, a maior parte do setor industrial. O mapa referente a esse estudo realizado pelo GTP é apresentado a seguir.

## Mapa de identificação de APLs no Estado de Minas Gerais – 2009



Elaboração: Equipe Estadual do Projeto RedeSist – Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Estado de Minas Gerais.

O Estado apresenta, segundo esse mapeamento, arranjos produtivos locais relevantes distribuídos entre 50 microrregiões. Os setores produtivos identificados, bem como as cidades-polo e os municípios abrangidos por esses APLs são descritos na tabela a seguir.

APLs em Minas Gerais – 2009				
Nº	Setor	Cidade-Polo	Nº de municípios abrangidos	Instituições atuantes
1	Ardósia	Papagaios	9	Apex-Brasil, BB, CEF, MME Cetec, Fapemig, Sectes
2	Bebidas artesanais – Cachaça de alambique	Araçuaí	8	BNDES, MI IEL/NRMG
3	Bebidas artesanais – Cachaça de alambique	Salinas	5	Emater-MG
4	Biotecnologia	Belo Horizonte	10	BB, CEF, CNI, MEC, IEL/NRMG, Sebrae- MG, Sectes, Sede
5	Biotecnologia	Uberaba	5	Embrapa, Sebrae, Epamig, Sebrae-MG
6	Biotecnologia	Viçosa	14	Sectes
7	Calçados	Guaxupé	1	Cetec, Sebrae, Sebrae-MG
8	Calçados	Nova Serrana	11	Apex-Brasil, BB, Bradesco, CEF, CNI, MDIC, MEC, Sebrae, Senai, IEL/NRMG, Sebrae-MG, Sede, Senai-MG
9	Calçados e bolsas	Belo Horizonte	2	Sebrae, Sebrae-MG
10	Confecções	Divinópolis	7	Apex, CEF, Sebrae, Cetec, Fiemg,



				Sebrae-MG, Sede, Senai-MG
11	Confecções – Malhas	Jacutinga	2	Sebrae, Sebrae-MG, Sede
12	Confecções – Lingerie	Juruáia	1	Sebrae, Sebrae-MG, Sede
13	Confecções – Lingerie/Noite	Muriae	5	Sebrae, IEL/NRMG
14	Confecções	Passos	1	Sebrae, Sebrae-MG, Sede
15	Confecções – Jeans	São João Nepomuceno	4	IEL, Sebrae, IEL/NRMG, Sebrae-MG, Senai-MG
16	Eletroeletrônicos	Santa Rita do Sapucaí	3	Apex, BB, Bradesco, CEF, CNI, MEC, Sebrae, Senai, IEL/NRMG, Sebrae-MG, Sectes, Sede
17	Floricultura	Barbacena	9	Sebrae-MG, Sede
18	Fogos de Artifício	Santo Antônio do Monte	9	Apex, BB, Bradesco, CEF, CNI, IEL, Senai, IEL/NRMG, Senai-MG, Sesi-MG, Sede
19	Fruticultura	Jaíba	5	Sebrae, Emater-MG, Epamig, Senai-MG
20	Fruticultura	Visconde do Rio Branco	8	Finep, Cefet, Emater-MG
21	Fundição	Divinópolis	3	BB, CEF, CNI, IEL, MDIC, Sebrae, Fiemg, Sebrae-MG, Sede
22	Gemas e artefatos em pedras	Araçuaí	1	MI, IEL/NRMG, Sede
23	Gemas e joias	Nova Lima	14	MI, IEL/NRMG, Sede, Senai
24	Gemas e joias	Teófilo Otoni	21	Finep, MME, MTE, Sectes, Cetec
25	Móveis	Carmo do Cajuru	1	Sebrae-MG, Senai-MG
26	Móveis	Ubá	9	Apex, BB, Bradesco, CEF, IEL/NRMG, MDIC, Senai-MG, Sectes, Sede
27	Móveis	Uberaba	1	Sebrae-MG, Sede
28	Móveis	Uberlândia	8	Sede
29	Móveis	Turmalina	8	BNB, MI, IEL/NRMG, Sede
30	Pedra Sabão	Ouro Preto	3	MCT, MME, Cetec
31	Quartzito	São Tomé das Letras	7	Apex, BB, Bradesco, CEF, IEL, MME
32	Software	Belo Horizonte	2	IEL/NRMG, Sebrae-MG, Sectes
33	Software	Viçosa	1	Sebrae-MG, Sectes
34	Suínocultura	Ponte Nova	20	Sebrae-MG

Fonte: elaboração da GCT/ALMG, com base em dados compilados pelo Projeto RedeSist – Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Estado de Minas Gerais.

Também executadas pelo PPAG, as políticas públicas no âmbito dos APLs para o período 2008-2011 serão implementadas por meio das Áreas de Resultados “Inovação, tecnologia e qualidade” e “Investimento e valor agregado da produção”, especialmente nos Programas “Arranjos produtivos, polos de excelência e polos de inovação” e

“Consolidação das cadeias produtivas – Minas do princípio ao fim”. Em termos de políticas públicas, entende-se que há relevante potencial de transbordamento dos efeitos do crescimento econômico gerado pelos APLs para as regiões onde eles se localizam, motivo pelo qual esse modelo merece atenção especial do poder público em termos de promoção da redução das desigualdades socioeconômicas regionais.

## **Empregabilidade e dinâmica econômica regional**

O mercado de trabalho mineiro passou, nas últimas décadas, por significativas mudanças. Por trás dessa transformação, cabe analisar a oferta de trabalho do ponto de vista da participação na força de trabalho e do desemprego no Estado. Além disso, é necessário discutir sobre a inserção da população mineira no mercado de trabalho, considerando-se os setores de ocupação e a forma de trabalho.

A taxa de atividade masculina é superior à feminina em todas as idades, tal como se observa no Brasil e em outros países do mundo. Essa taxa chega a aproximadamente 100% na faixa de 25 a 49 anos, decrescendo a partir dos 50 anos. As taxas são mais baixas nas idades mais jovens, em função do aumento observado do acesso e permanência na escola, e nas idades mais avançadas, devido à aposentadoria. Para as mulheres, à medida que a idade aumenta, cresce também a participação, estabilizando-se em torno de 75% para idades entre 20 e 49 anos e diminuindo posteriormente. Destaca-se também que há estabilização das taxas para as mulheres mais jovens e percebe-se, ainda, um aumento da participação feminina acima dos 20 anos na População Economicamente Ativa – PEA.

A taxa de desemprego em Minas Gerais – isto é, as pessoas que procuram trabalho ativamente no período de referência – é muito superior para os jovens de ambos os sexos. O desemprego para os homens de até 19 anos foi de 17% em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. A partir dos 25 anos, o desemprego ficou em torno de 3%. O desemprego das mulheres mais jovens é mais elevado do que o dos homens: 27% e 5%, respectivamente. No período de 1997 a 2007, observou-se um aumento do desemprego entre 1997 e 2002 e um declínio de 2002 para 2007, com taxas mais altas nas idades mais jovens.

O aumento do nível de educação tem impacto direto no incremento do capital humano, da produtividade do trabalhador e da capacidade de inovação, o que implica diretamente potenciais ganhos salariais. Ao se estabelecer uma relação entre o rendimento médio do trabalho e a proporção de trabalhadores qualificados, verifica-se que trabalhadores com até sete anos de escolaridade – menos do que o tempo de ensino fundamental – recebem, em média, um quinto do rendimento médio auferido por trabalhadores com ensino superior completo.

Essa forte relação individual entre nível de escolaridade e rendimento é observada, ainda, quando se analisa o impacto da concentração de trabalhadores com

maior nível de escolaridade no nível médio de salários das diversas localidades mineiras. Pesquisas recentes evidenciam que os salários são mais elevados em cidades mais escolarizadas. Além disso, é comprovado que as regiões com maior concentração de capital humano apresentam um ritmo mais acelerado de crescimento da mão de obra qualificada. Por sua vez, esse ritmo tem forte correlação com aumentos mais elevados dos salários médios.

Um ponto fundamental a ser destacado é que há heterogeneidade da oferta de trabalho e das condições de vida da população de acordo com sua microrregião de residência. Tal como ocorre no cenário econômico, há uma clara segmentação da oferta de mão de obra da população mineira. Assim, trabalhadores das Regiões Norte de Minas e Leste apresentam baixo nível de escolaridade e vivem em localidades com baixa qualidade de vida, ao contrário dos trabalhadores do Centro-Sul, que apresentam nível educacional mais elevado e melhores condições socioeconômicas. A baixa qualidade da mão de obra tende a afetar de forma direta e negativa o potencial de crescimento econômico e desenvolvimento do Estado.

Sob a ótica da empregabilidade setorial, observa-se um cenário de crescimento do emprego formal. Os desempenhos mais acentuados concentram-se nos setores do comércio, da construção civil e da indústria. Além de melhorar os indicadores do mercado de trabalho, a retomada do crescimento do número de postos de trabalho formal em Minas Gerais reafirma a sincronia observada entre o crescimento do emprego formal e o crescimento da economia, *vis-à-vis* à variação do Produto Interno Bruto – PIB – do Estado, tomado como parâmetro para a criação de postos de trabalho com vínculo formal nos grandes setores de atividade econômica.

A avaliação da estrutura e da dinâmica do emprego formal e suas desagregações em Minas Gerais, por região de planejamento e microrregião, apresenta resultados interessantes, evidenciando seu perfil regional e sua evolução em período recente. A distribuição do emprego formal por região de planejamento espelha quantitativamente a ocupação formal em relação ao total do Estado. Em números absolutos, Minas Gerais possui 3,74 milhões de empregos, compreendidos entre celetistas, estatutários e outras ocupações<sup>4</sup> legais com vínculo empregatício formal. Esse total corresponde a 38% se comparado ao total de ocupados da PNAD.

---

<sup>4</sup> Os contratos temporários e empregos avulsos são os vínculos empregatícios mais importantes, complementando os contratos formais no País.

A distribuição do emprego formal por região de planejamento demonstra que a Região Central representava 51% do total de ocupados, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais –, em 2000. Esse percentual reduziu-se para 49% em 2006, refletindo a variação mais expressiva dos níveis de ocupação em relação à distribuição por região de planejamento. Nesse sentido, ressalta-se o dinamismo dos mercados locais, que se traduz na elevação do número de postos de trabalho nas regiões economicamente menos pujantes do Estado. Assim, merece destaque a ampliação da participação ocupacional de todas as regiões de planejamento, exceto a Central e o Sul de Minas. Entre 2000 e 2006, as Regiões do Triângulo, Rio Doce, Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, Noroeste e Centro-Oeste ampliaram suas parcelas no número de empregos formais em relação ao total do Estado.

<b>Distribuição do emprego formal, segundo regiões de planejamento – Minas Gerais – 2000-2006</b>					
<b>Região de planejamento</b>	<b>2000</b>		<b>2006</b>		<b>Variação (% a.a.)</b>
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	
<b>Minas Gerais</b>	<b>2.803.400</b>	<b>100</b>	<b>3.744.043</b>	<b>100</b>	<b>4,9</b>
Central	1.422.261	50,7	1.833.747	49,0	<b>4,3</b>
Mata	253.166	9,0	337.470	9,0	<b>4,9</b>
Sul	340.846	12,2	452.775	12,1	<b>4,8</b>
Triângulo	216.444	7,7	305.946	8,2	<b>5,9</b>
Alto Paranaíba	85.045	3,0	115.452	3,1	<b>5,2</b>
Centro-Oeste	139.664	5,0	209.851	5,6	<b>7,0</b>
Noroeste	32.040	1,1	48.696	1,3	<b>7,2</b>
Norte de Minas	111.684	4,0	150.907	4,0	<b>5,1</b>
Jequitinhonha e Mucuri	48.280	1,7	73.337	2,0	<b>7,2</b>
Rio Doce	153.970	5,5	215.862	5,8	<b>5,8</b>

Fonte: CEI/FJP, 2008.

No que tange aos setores de atividade, a distribuição da ocupação formal modificou-se mais expressivamente no setor de serviços, apresentando redução em quase todas as regiões de planejamento, com exceção da Noroeste e da Norte de Minas, que ampliaram suas participações na distribuição do emprego formal. O setor agropecuário também reduziu sua participação na distribuição da ocupação no Estado,

com exceção das Regiões Noroeste e Norte de Minas, que obtiveram alta em seus quadros de ocupados no período analisado, compreendido entre 2003 e 2006.

Em compensação à redução da estrutura da ocupação nos setores de serviços e agropecuário, observou-se um melhor desempenho da indústria, da construção civil e do comércio. Em termos relativos, a indústria saltou de 18,9% para 20,2%, de 2003 a 2006, o que representou a abertura de 165 mil postos de trabalho nesse período. No contexto das desigualdades regionais, é fundamental citar que as regiões de planejamento do Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas não ampliaram a representatividade do setor industrial em relação ao restante das ocupações. Ainda, somente no Noroeste houve redução real de postos de trabalho na indústria. A construção civil – com crescimento de 4,5% para 5,5% – e o comércio também ampliaram suas fatias de participação no mercado da ocupação formal no Estado.

Em termos absolutos, isso implica que, na variação intrassetorial, a construção civil apresentou um aumento superior a 45% em sua ocupação entre 2003 e 2006. O crescimento desse setor deu-se na Região Central. O comércio também elevou de 17,4% para 18% sua participação nesse período. O setor foi fortalecido pela elevação do número de postos de trabalho em todas as regiões de planejamento do Estado.

Com relação aos setores de atividade, constataram-se diferenças expressivas de composição entre as regiões. O Noroeste, o Norte de Minas e o Jequitinhonha e Mucuri, regiões localizadas na porção mais setentrional do Estado, demonstram um perfil de rendimentos (empregos formais) mais voltado para a agropecuária, serviços e/ou comércio. Na porção meridional, por sua vez, as Regiões do Triângulo, Centro-Oeste, Central e Sul de Minas possuem uma composição setorial que combina a agropecuária com uma parcela expressiva na indústria. Já Mata e Rio Doce, além de mais industriais, têm setores comerciais que absorvem grande quantidade de assalariados, enquanto a Região Central se destaca pelo forte peso do setor de serviços.

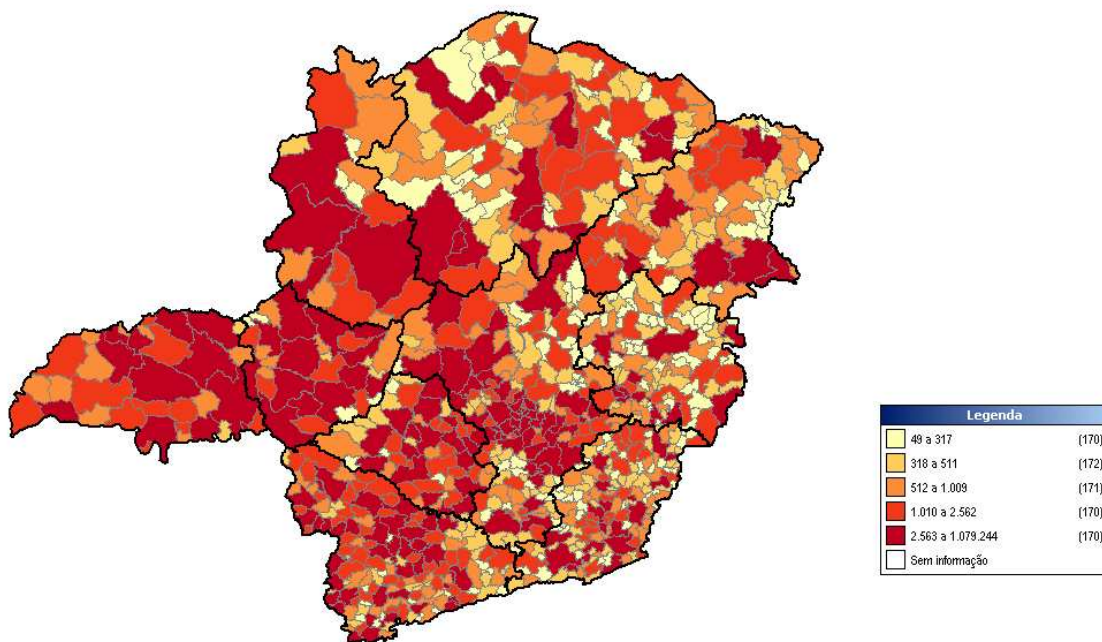
<b>Distribuição do emprego formal por grandes setores de atividade, as segundo regiões de planejamento – Minas Gerais – 2006</b>						
<b>Região de planejamento</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>20,2</b>	<b>5,5</b>	<b>18,0</b>	<b>49,7</b>	<b>6,6</b>	<b>100</b>
Central	17,4	7,6	15,8	57,0	2,2	100
Mata	23,5	3,0	20,2	46,9	6,4	100
Sul	27,4	2,4	18,1	36,8	15,2	100
Triângulo	20,1	3,7	21,7	45,8	8,7	100
Alto Paranaíba	16,6	4,5	21,6	37,9	19,4	100
Centro-Oeste	35,8	2,5	19,0	33,1	9,7	100
Noroeste	11,7	2,5	20,2	42,4	23,2	100
Norte de Minas	15,8	3,2	18,9	51,1	11,1	100
Jequitinhonha e Mucuri	9,5	3,7	20,0	53,0	13,9	100
Rio Doce	20,3	6,0	22,8	46,4	4,5	100

Fonte: CEI/FJP, 2008.

No período de 2000 a 2006, a Rais apurou um crescimento do emprego formal de 4,9% ao ano. Esse valor se aproxima dos resultados estimados pela PNAD para os empregos com carteira e para os estatutários no período entre 2003 e 2006. Essa expansão do segmento formal ocorreu de forma aproximadamente uniforme em todas as regiões de planejamento e microrregiões do Estado. Devemos destacar aqui que, nesse período comparativo de 2006 em relação a 2000, as Regiões Jequitinhonha e Mucuri (7,2%), Noroeste (7,2%) e Centro-Oeste (7,0%) obtiveram os maiores crescimentos anualizados relativos, superiores à média estadual. Se tomarmos o total do Estado como parâmetro, veremos que os menores índices de crescimento anual ocorreram nas Regiões Central (4,3%) e Sul (4,8%).

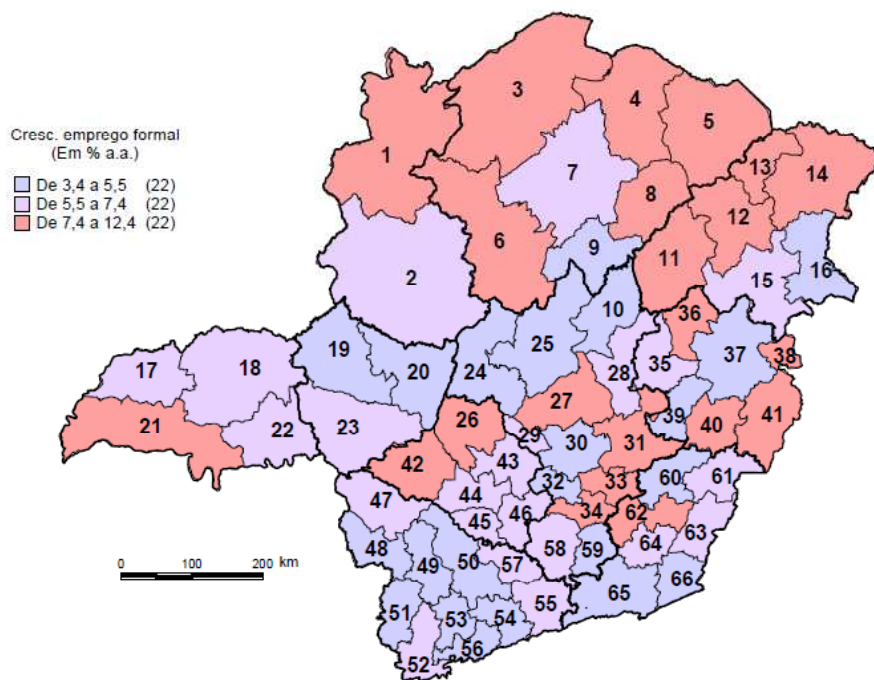
A distribuição dos empregos formais no Estado pode ser visualizada no mapa temático. Cabe destacar que as Regiões Sul e Alto Paranaíba apresentaram crescimento nos índices de suas microrregiões, oscilando entre médias de 3,4% e 7,4% ao ano. Já as Regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri e Noroeste se destacaram com crescimentos entre 7,4% e 12,4% ao ano no mesmo período.

**Empregados do setor formal (pessoas)**  
 Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2006



Fonte: IMRS/FJP.

**Crescimento médio anual do emprego formal total, por microrregiões**  
 Minas Gerais – 2000-2006



Fonte: CEI/FJP, 2008.



A expansão dos setores de construção civil, indústria e comércio no período de 2003 a 2006 explica, em boa medida, o elevado incremento de emprego formal em Minas Gerais nesse período. A combinação entre o crescimento da indústria e da construção civil denota transformação da infraestrutura produtiva no Estado, sinalizando a expansão do parque industrial com investimentos privados no setor. O incremento das atividades de reforma e reparação justifica também o crescimento do setor da construção civil, movido principalmente pelo cenário positivo da economia, e não por políticas públicas setoriais. A Região Jequitinhonha e Mucuri foi a única das dez regiões de planejamento do Estado que apresentou queda no índice de ocupação anual na construção civil (5,3%). Os crescimentos mais expressivos foram detectados nas Regiões Central, Alto Paranaíba e Norte de Minas, com variações relativas de 16,8%, 21,8% e 12,8% ao ano, respectivamente, no período abordado. Essas informações estão consolidadas na tabela seguir.

<b>CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DO EMPREGO FORMAL POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO – MINAS GERAIS – 2003-2006</b>						
<b>Região de planejamento</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>8,5</b>	<b>13,2</b>	<b>7,2</b>	<b>4,2</b>	<b>5,0</b>	<b>6,1</b>
Central	10,1	16,8	7,4	3,2	10,1	<b>5,9</b>
Mata	6,9	1,6	5,5	5,1	3,1	<b>5,3</b>
Sul	8,4	7,8	7,6	4,9	4,1	<b>6,2</b>
Triângulo	9,1	7,6	6,3	6,1	0,3	<b>6,2</b>
Alto Paranaíba	6,3	21,8	6,7	5,6	6,4	<b>6,7</b>
Centro-Oeste	8,6	2,9	10,0	6,5	6,6	<b>7,8</b>
Noroeste	-0,2	3,3	6,6	6,5	2,4	<b>4,6</b>
Norte de Minas	2,4	12,8	9,0	7,4	6,2	<b>6,9</b>
Jequitinhonha e Mucuri	6,1	-5,3	7,3	4,7	5,2	<b>5,0</b>
Rio Doce	6,9	7,8	7,1	4,9	4,3	<b>5,9</b>

Fonte: CEI/FJP, 2008.

No Estado, as políticas públicas no âmbito da empregabilidade são executadas pelo PPAG. No período entre 2008-2011, podemos descrevê-las segundo dois objetivos distintos. O primeiro deles, que supõe uma abordagem pela ótica da promoção da redução das desigualdades regionais – cuja inter-relação com as políticas de desenvolvimento econômico da produção é direta –, evidencia a execução das políticas

por meio das Áreas de Resultados “Investimento e valor agregado da produção”, especialmente nos Programas “Promoção e atração de investimentos estratégicos e desenvolvimento das cadeias produtivas das empresas-âncoras”, “Consolidação das cadeias produtivas – Minas do princípio ao fim” e “Implantação e otimização de áreas industriais planejadas”.

Sob essa mesma ótica, com a preocupação do viés regional, o PPAG 2008-2011, em sua Área de Resultado “Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce”, prevê a ação “Qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho”, dentro do Programa “Projovem Trabalhador”. Ainda, a Área de Resultado “Inovação, tecnologia e qualidade” contém os Programas “Rede de formação profissional orientada pelo mercado”, que visa ampliar a capacidade local e regional para promover a qualificação profissional, e “Qualificação e capacitação profissional”, que visa qualificar profissionais de diferentes áreas de conhecimento para atender ao mercado de trabalho.

A segunda intenção da execução de políticas públicas nesse tema diz respeito à promoção da redução da pobreza pelo viés da criação de oportunidades de emprego e renda para as parcelas da população mineira em situação de vulnerabilidade, que, no âmbito do PPAG 2008-2011, é traduzido pela Área de Resultado “Redução da pobreza e inclusão produtiva” – especificamente as ações “Capacitação de jovens rurais”, “Criação de pequenos animais - piscicultura” e “Apoio ao artesanato”, do Programa “Minas sem fome” – e as ações “Implantação da usina mineira do trabalho” e “Promoção de ações de fomento à geração de renda”, do Programa “Projeto Travessia”.

Com esse mesmo objetivo, deve-se enfatizar o Programa “Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR –, também pertencente à Área de Resultado “Redução da pobreza e inclusão produtiva”, que visa promover a inclusão produtiva da população adulta, e o Programa “Política pública de trabalho, emprego e renda”, cujas ações são detalhadas no texto que trata da geração de trabalho e renda.